



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVIII PALMAS, SEXTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2018.

Nº 2589



MESA DIRETORA

Presidente em Exercício: Dep. Luana Ribeiro (PDT)

2º Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PSD)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (MDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Rocha Miranda
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto
Dep. Rocha Miranda
Dep. Junior Evangelista
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 45/2018

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Sem Casa de Paraíso do Tocantins - TO, ASCAP-TO, localizado no município de Paraíso- TO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Sem Casa de Paraíso do Tocantins - TO, ASCAP-TO, entidade sem fins lucrativos, com sede no município de Paraíso - TO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a Associação dos Sem Casa de Paraíso do Tocantins - TO, ASCAP-TO, entidade sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 22.583.151/0001-52, com sede no município de Paraíso, Estado do Tocantins, que tem como objetivo obter a declaração de utilidade pública, juntando toda documentação necessária para a aprovação do presente Projeto de Lei, preenchendo assim todos os requisitos legais.

A ASCART-TO tem como uns das principais finalidade precípua realizar a assistência e a promoção social, de modo geral entre os associados, reivindicara, firmar convênio, contratos, subvenções, parcerias e requisitar serviços e pessoal especializado junto aos órgãos e entidades jurídicas de direito público e privado. Promover o interintercambio com entidades científicas de desenvolvimento social, nacionais e internacionais, bem como o desenvolvimento de estudos, pesquisas, tecnologia alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimento científico e técnico, visando a concretização dos projetos da Associação.

Tendo em vista o caráter social da entidade, aliado às necessidades com que se defrontam as instituições sem fins lucrativos, a concessão do título de utilidade pública estadual representará um importante respaldo para que possa continuar sua importantíssima missão. Assim, peço a aquiescência dos nobres Pares desta casa de Leis, para que possamos outorgar o título proposto neste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 2018

ZÉ ROBERTO
Deputado Estadual

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Vigésima Oitava Reunião Extraordinária Em 19 de Dezembro de 2017

Às dezesseis horas e nove minutos do dia dezenove de dezembro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia

Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Alan Barbiero, Olyntho Neto, Rocha Miranda, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e o Deputado Olyntho Neto avocou a relatoria do Processo número 286/2017, de autoria do Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 87, de 25 de outubro de 2017”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Olyntho Neto devolveu os Processos números: 311/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”; 313/2017, de autoria do Governador do Estado, que “prorroga a vigência da Lei nº 3.041, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado da Polícia Civil, e adota outras providências”; 331/2017, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, que “institui gratuidade do pagamento de estacionamento por idosos em todo o Estado do Tocantins”; e 332/2017, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Social Alvorada - ISA, com sede na cidade de Araguaína”. O Deputado Rocha Miranda devolveu o Processo número 351/2015, de autoria do Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “acrescenta os incisos XXII e XXIII ao art. 9º da Constituição do Estado do Tocantins”. O Deputado Toinho Andrade devolveu o Processo número 319/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar área de terreno urbano ao Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - Sinstec, e adota outras providências”. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu o Processo número 321/2017, e após a leitura dos pareceres, devolveu o Processo número 134/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre a criação do Cartão Estadual de Estacionamento para Idosos no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, solicitando ao Senhor Presidente a inclusão do respectivo processo na Ordem do Dia, momento em que foram lidos e deliberados os pareceres dos respectivos relatores. Os Processos números: 313/2017, 319/2017 e 321/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização, sendo que o Processo número 311/2017 foi aprovado com substitutivo apresentado pelo Deputado Osires Damaso. O Processo número 332/2017 foi aprovado e encaminhado ao Plenário. Após conceder vista, pelo prazo regimental, dos Processos números 351/2015, 134/2017 e 331/2017 ao Deputado Toinho Andrade, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Trigésima Segunda Reunião Extraordinária Em 28 de Fevereiro de 2018

Às oito horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior e das Senhoras Deputadas: Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado Olyntho Neto. O Senhor, Deputado Ricardo Ayres, Presidente em

exercício, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres avocou a relatoria dos Processos números: 19/2017, de autoria do Ministério Público, que “altera a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 33/2017, de autoria do Ministério Público, que “altera a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 254/2017, de autoria do Ministério Público, no qual “revoga-se o inciso VI, do art.23 da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, que Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 04/2018, de autoria do Deputado Nilton Franco, que “altera o inciso XI, do art. 9º da Constituição do Estado”; 10/2018, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Estadual de Defensoria Pública - Fundep, no valor que especifica, e adota outras providências”; 11/2018, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “dispõe sobre a gravação em áudio e vídeo do processo licitatório e sua transmissão ao vivo, por meio da internet, no portal da transparência do Estado do Tocantins e adota outras providências”; e, ainda, foi renomeado relator do Processo número 226/2015, de autoria do Deputado Valdemar Júnior e Outros, que “revoga a alínea “b” do inciso II, do § 1º do Artigo 27 da Constituição Estadual”. O Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator dos Processos números: 24/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe que o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido tem direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade”; 12/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a instituição da implantação do Programa de Integridade e Certificação do Sistema de Gestão Antissuborno para empresas que celebrarem contrato, consórcio ou convênio com a administração pública do Estado do Tocantins e adota outras providências”; e 16/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a instalação de placas de advertência, nas rodovias estaduais, orientando quanto à atenção com os ciclistas”. A Deputada Luana Ribeiro foi nomeada relatora dos Processos números: 84/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “altera os artigos 51 e 179 da Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997”; e, ainda, foi renomeada relatora do Processo número 202/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “regulamenta o art. 78 da Constituição Estadual para estabelecer normas suplementares de finanças públicas”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 13/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de cursos de primeiros socorros e prevenção de acidentes a pelo menos um funcionário das escolas, creches ou centros de educação infantil, públicos ou privados, instalados no Estado do Tocantins” e, ainda, foi renomeado relator do Processo número 210/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto que “dispõe sobre incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado do Tocantins”. A Deputada Valderez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 09/2018, de autoria do Governador do Estado, que “institui a Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso no município de Palmas”; 17/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “institui o Programa Mais Empregos e concede crédito presumido de ICMS na forma que especifica”; e 20/2018, de autoria

do Deputado Wanderlei Barbosa, que “proíbe a cobrança de juros e multa pela prestação dos serviços públicos de energia elétrica e de água e esgoto dos servidores públicos por atraso no pagamento da remuneração mensal e dá outras providências”. O Deputado Eli Borges foi nomeado relator dos Processos números: 15/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a proibição de operação de radares móveis em locais de difícil visualização pelos condutores de veículos, nas rodovias estaduais no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 19/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado do Tocantins”. O Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator dos Processos números: 18/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a dispensa a família de doador de órgãos do pagamento do serviço funerário, como taxas, emolumentos e tarifas devidas, em razão de funeral no Estado do Tocantins”; e 22/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigação das concessionárias de serviço público de água e energia elétrica de inserir nas faturas de consumo mensagem de incentivo a doação de sangue”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator do Processo número 21/2018, de autoria do Deputado José Bonifácio, que “altera o artigo 81 da Constituição Estadual, para tornar obrigatória a execução orçamentária que especifica”; e, ainda, foi renomeado relator do Processo número 271/2016, de autoria do Deputado José Bonifácio, que “acrescenta a Seção V da função especial ao funcionamento do Estado e sua subseção única da Administração Tributária ao Título I, mediante acréscimo do art. 13A da Constituição do Estado do Tocantins”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Toinho Andrade devolveu os Processos números: 320/2016, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “altera a Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”; 27/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das Instituições Financeiras disponibilizarem cédulas nos caixas eletrônicos aos finais de semana e feriados”; 147/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “autoriza o Poder Executivo a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria da Educação, Juventude e Esportes e dá outras providências”; 174/2017, de autoria do Deputado Ivory de Lira, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Derval Batista de Paiva”; 209/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera o inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002” e, também devolveu os Processos números: 351/2015, de autoria do Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “acrescenta os incisos XXII ao art. 9º da Constituição do Estado do Tocantins”; e 306/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder à Polícia Rodoviária Federal o uso das instalações físicas que especifica, e adota outras providências”, os quais estava com vistas. O Deputado Olyntho Neto devolveu os Processos números: 92/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e adota outras providências”; 267/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder à União, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins - TRE/TO, o uso do bem que especifica”; 01/2018, de autoria da Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de utilidade pública a Associação de Produtores de Man-

dioca de Goiatins, com sede e foro na Fazenda Nova Jerusalém Br 010 Km 20, Município de Goiatins”; e, também, devolveu os Processos números: 58/2017, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “torna obrigatório o Teste do Coraçõzinho (oximetria de pulso) em crianças imediatamente após o nascimento, entre 24 e 48 horas de vida, nas maternidades e hospitais congêneres no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 64/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e à criança durante o ciclo gravídico-puerperal no Estado do Tocantins”; e 255/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a criação do Programa Moto em Dia, no âmbito do Estado do Tocantins”, os quais estava com vistas. O Deputado Rocha Miranda devolveu os Processos números: 79/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Programa Estadual de Incentivo ao Jovem Empreendedor, a ser desenvolvido em escolas públicas e privadas, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 334/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a transposição de dotações orçamentárias, no valor que especifica, e adota outra providência”. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu os Processos números: 221/2017, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar”; 314/2017, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Doutora Maria Roseli de Almeida Pery”; 003/2018, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, onde “fica concedido o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João Paulo Guares”; e 005/2018, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o Programa de Aposentadoria Incentivada destinada aos integrantes do quadro de servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”, sendo que ainda devolveu os Processos números: 33/2014, de autoria do Governador do Estado, que “veda a utilização de brita calcária e seixo rolado na base ou composição do concreto, asfalto ou outros pisos destinados a grandes esforços”, de relatoria do Deputado Wanderlei Barbosa; 140/2015, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os postos de combustíveis, lava-jatos, transportadores, empresas de ônibus e locadoras de veículos instalarem equipamentos de tratamento e reutilização de água usada na lavagem de veículos”, de relatoria do Deputado Nilton Franco; e 81/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar especial, adaptado à respectiva condição de saúde”, de relatoria do Deputado José Augusto. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos relatores, sendo que o Processo número 290/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Paulo Roberto da Silva”, foi devolvido pela relatora, Deputada Valdevez Castelo Branco, na Trigésima Reunião Ordinária, realizada no dia vinte de fevereiro do corrente ano. Os Processos números: 209/2017, 221/2017, 267/2017, 334/2017 e 05/2018, foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização e Controle. O Processo número 306/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Os Processos números: 351/2015, 174/2017, 290/2017, 314/2017, 01/2018 e 03/2018 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que o Processo número 351/2015 teve rejeitado o parecer de vista do Deputado Rocha Miranda e também do relator, Deputado Toinho Andrade, com votos contrários do Deputado Valdemar Júnior e da Deputada Valdevez Castelo Branco. Os

Processos números 58/2017, 64/2017 e 79/2017 foram aprovados e encaminhados ao Arquivo, sendo que o Processo número 58/2017 teve rejeitado o parecer do relator, Deputado José Augusto, com votos contrários do Deputado Valdemar Júnior e das Deputadas Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. O Senhor Presidente concedeu vistas, pelo tempo regimental, dos Processos números: 92/2017, à Deputada Valdevez Castelo Branco; 33/2014, 27/2017 e 147/2017 ao Deputado Valdemar Júnior; 255/2017, ao Deputado Rocha Miranda; e 140/2015 e 320/2016 ao Deputado Toinho Andrade; e vistas em conjunto do Processo número 81/2017 aos Deputados Ricardo Ayres e Toinho Andrade. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Terceira Reunião Extraordinária
Em 28 de Fevereiro de 2018

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Ricardo Ayres, Toinho Andrade e Valdemar Júnior. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda e a Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. O Senhor Deputado Ricardo Ayres, Presidente em exercício, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu os Processos números: 252/2017, que “extingue formalmente o Programa Pioneiros Mirins, e adota outras providências”; e 09/2018, que “institui a Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, no município de Palmas”, ambos de autoria do Governador do Estado; e, ainda, os Processos números: 140/2015, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os postos de combustíveis, lava-jatos, transportadores, empresas de ônibus e locadoras de veículos instalarem equipamentos de tratamento e reutilização de água usada na lavagem de veículos”, de relatoria do Deputado Nilton Franco; e 92/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e adota outras providências”, de relatoria do Deputado Rocha Miranda. O Deputado Ricardo Ayres devolveu o Processo número 14/2018, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos relatores, sendo que o Processo número 14/2018, por solicitação de seu relator, Deputado Ricardo Ayres, foi retirado de pauta para análise. Os Processos números: 82/2017 e 09/2018 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização e Controle. O Processo número 252/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Após conceder vista, pelo prazo regimental, do Processo número 140/2015 ao Deputado Toinho Andrade, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Segunda Reunião Ordinária
Em 13 de Março de 2018

Às quatorze horas do dia treze de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Ricardo Ayres, Valdemar Júnior e da Senhora Deputada Valdezere Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda e Toinho Andrade. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres avocou a relatoria dos Processos números: 85/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências”; e 27/2018, de autoria do Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - Igeprev-Tocantins, e adota outra providência”. O Deputado Olyntho Neto foi nomeado relator do Processo número 37/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “altera a Lei nº 2.828, de 12 de março de 2014, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registras e adota outras providências”. O Deputado Eli Borges foi nomeado relator do Processo número 17/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “estabelece mecanismo de participação popular na tramitação das proposições legislativas na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”. O Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator dos Processos números: 195/2017, de autoria do Ministério Público, que “altera a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 23/2018, de autoria da Deputada Valdezere Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Pequenos Lavradores de Araguatins, Acopla II, na cidade de Araguatins”; e 26/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe que toda empresa de transporte coletivo ofereça aos motoristas, cobradores, fiscais e funcionários do serviço de atendimento ao consumidor, cursos para capacitar esses profissionais a prestarem assistência às mulheres vítimas de assédio dentro dos ônibus, e dá outras providências”. O Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator do Processo número 212/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho para as mulheres que já sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar, em empresas contratadas como prestadoras de serviços para o Poder Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator dos Processos números: 25/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa de Incentivo à Leitura no âmbito do Estado do Tocantins”; e 28/2018, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE, denominado Márcia Dias Costa Nunes, e adota outra providência”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 29/2018, de autoria do Governador do Estado, que “altera o inciso V do art. 2º da Lei nº 2.097, de 13 de julho de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/TO”. A De-

putada Luana Ribeiro foi nomeada relatora do Processo número 202/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “regulamenta o art. 78 da Constituição Estadual para estabelecer normas suplementares de finanças públicas”. A Deputada Valdezere Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 01/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “altera a Lei nº 2.758, de 28 de agosto de 2013, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a regularizar a ocupação nos assentamentos que especifica, e dá outras providências”; e 324/2017, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “inclui o doador regular de sangue nos grupos prioritários para receber gratuitamente a imunização contra o vírus influenza A (H1N1) na rede pública de saúde do Estado do Tocantins”. A Reunião foi suspensa por dois minutos, sendo reaberta às quatorze horas e cinquenta minutos e, em seguida, na Devolução de Matérias, o Senhor Presidente devolveu os Processos números: 139/216, de autoria da Deputada Valdezere Castelo Branco, que “dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos às mulheres que tenham participado nos últimos 02 (dois) anos de programa de aleitamento materno”; 262/2017, de autoria da Deputada Valdezere Castelo Branco, que “dispõe sobre a criação de aplicativo gratuito de tecnologia móvel, para acesso rápido dos cidadãos às leis estaduais que lhe instituem direitos”; e 338/2017 de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “revoga a Lei Estadual nº 3.227/17, denominando os Campus da Unitins na cidade de Palmas, de Campus Administrativo Professor Ruy Rodrigues da Silva e o Campus Graciosa Professora Elizângela Glória Cardoso” e, ainda, devolveu os Processos números: 140/2015, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os postos de combustíveis, lava-jatos, transportadores, empresas de ônibus e locadoras de veículos instalarem equipamentos de tratamento e reutilização de água usada na lavagem de veículos”, que estava com vista ao Deputado Toinho Andrade; 27/2017, de sua autoria, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das Instituições Financeiras disponibilizarem cédulas nos caixas eletrônicos aos finais de semana e feriados”, relatado pelo Deputado Toinho Andrade; e 271/2016, de autoria do Deputado José Bonifácio, que “acrescenta a Seção V da Função Essencial ao Funcionamento do Estado e sua Subseção Única da Administração Tributária ao Título I, mediante acréscimo do Art. 13A da Constituição do Estado do Tocantins”. O Deputado Valdemar Júnior devolveu o Processo número 320/2016, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “altera a Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que específica”, que estava com vista; e também devolveu o Processo número 81/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar especial, adaptado à respectiva condição de saúde”, de relatoria do Deputado José Augusto; e o Processo número 147/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “autoriza o Poder Executivo a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria da Educação, Juventude e Esportes e dá outras providências”, de relatoria do Deputado Alan Barbiero. A Deputada Valdezere Castelo Branco devolveu os Processos números: 31/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao professor e advogado Sady Pigatto”; e 244/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre

a implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado do Tocantins”, sendo que, por se tratar de matérias não conexas, o Senhor Presidente determinou o desapensamento do referido Processo ao Processo nº 64/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “dispõe sobre a humanização da assistência à criança durante o ciclo-puerperal no Estado do Tocantins”, deliberado na 32ª Reunião Extraordinária desta Comissão, em 28/02/2018, com votos favoráveis dos Deputados Valdemar Júnior, Toinho Andrade, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Após ter ratificado o despacho de renomeação indevida do Deputado Toinho Andrade, na 32ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em 28/02/2018, o Senhor Presidente determinou que o Processo 271/2016 fosse incluído na Ordem do Dia para deliberação do parecer do relator, Deputado Nilton Franco. Na Ordem do Dia foram lidos os pareceres dos respectivos relatores. Os Processos números: 139/2016, 244/2017 e 262/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle. O Processo número 271/2016 teve rejeitado o parecer do relator, Deputado Nilton Franco, com votos contrários do Deputado Valdemar Júnior e da Deputada Valdez Castelo Branco, sendo que o Senhor Presidente determinou que o referido Processo fosse encaminhado ao Plenário somente após o Deputado Valdemar Júnior formalizar, por escrito, o seu voto contrário à matéria. O Processo número 27/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, sendo rejeitado o parecer do relator, Deputado Toinho Andrade, com votos contrários do Deputado Valdemar Júnior e da Deputada Valdez Castelo Branco. O Processo número 338/2017 foi aprovado com substitutivo apresentado pelo relator e encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O Processo número 31/2017 foi aprovado com substitutivo apresentado pela relatora e encaminhado ao Plenário. Os Processos números: 81/2017, 147/2017 e 255/2017 foram aprovados e encaminhados ao Arquivo. Após conceder vista, pelo prazo regimental, dos Processos números: 140/2015 e 320/2016 à Deputada Valdez Castelo Branco, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Trigésima Terceira Reunião Ordinária

Em 20 de Março de 2018

Às quatorze horas do dia vinte de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Ricardo Ayres, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Olyntho Neto e Rocha Miranda. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres avocou a relatoria do Processo número 33/2018, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor Ricardo Vicente da Silva”; e, também, avocou a renomeação da relatoria do Processo número 29/2018, de autoria do Governador do Estado, que “altera o inciso V do

art. 2º da Lei nº 2.097, de 13 de julho de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/TO”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator do Processo número 35/2018, de autoria do Deputado Eduardo do Dertins, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento PA Santo Onofre - Aafaso de Ponte Alta do Tocantins - TO”; e, ainda, foi renomeado relator do Processo número 202/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “regulamenta o art. 78 da Constituição Estadual para estabelecer normas suplementares de finanças públicas”. O Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator dos Processos números: 37/2018, de autoria do Deputado Eduardo do Dertins, que “dispõe sobre a doação de produtos apreendidos pelas autoridades às instituições filantrópicas”; 38/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “acrescenta seção III ao capítulo I-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e, também, foi renomeado relator do Processo número 189/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que institui o Código Tributário do Estado do Tocantins, para conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a pessoas em tratamento de câncer na rede pública de saúde”. A Deputada Valdez Castelo Branco foi nomeada relatora do Processo número 36/2018, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “declara de Utilidade Pública a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Tocantins - Faciet”. A Deputada Luana Ribeiro foi nomeada relatora dos Processos números: 01/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “altera a Lei nº 2.758, de 28 de agosto de 2013, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a regularizar a ocupação nos assentamentos que especifica, e dá outras providências”; e 17/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “institui o Programa Mais Empregos e concede crédito presumido de ICMS na forma que especifica”. O Deputado Cleiton Cardoso foi renomeado relator do Processo número 24/2018, de autoria do Deputado Eli Borges, que “declara de Utilidade Pública a Associação Peniel de Goiatins, e dá outras providências”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias e o Deputado Toinho Andrade devolveu o Processo número 199/2017, de autoria da Deputada Amália Santana, que “institui a Semana de Incentivo à Adoção Tardia no Estado do Tocantins”. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação do parecer do relator, o Processo número 199/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Trigésima Quarta Reunião Ordinária

Em 27 de Março de 2018

Às quatorze horas do dia vinte e sete de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado Ricardo Ayres. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente,

ente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Olyntho Neto avocou a relatoria do Processo número 39/2018, de autoria do Governador do Estado, que “altera o art. 1º-A da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator do Processo número 38/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “acrescenta seção III ao capítulo I-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e ainda foi renomeado relator dos Processos números: 01/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “altera a Lei nº 2.758, de 28 de agosto de 2013, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a regularizar a ocupação nos assentamentos que especifica, e dá outras providências”; 263/2017, de autoria da Deputada Amália Santana, que “determina obrigações às agências bancárias no Estado do Tocantins, em relação ao atendimento dos consumidores e toma outras providências”; e 17/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “institui o Programa Mais Empregos e concede crédito presumido de ICMS na forma que especifica”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 08/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 127, de 20 de dezembro de 2017”; 40/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Renato Miranda Ramalho”; e ainda foi renomeada relatora do Processo número 257/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a transparência da lista de espera dos pacientes que aguardam exames e intervenções cirúrgicas eletivas na rede estadual de saúde”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Rocha Miranda devolveu os Processos números: 185/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “altera a lei nº 1.303 de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”; e 274/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a inadimplência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e dá outras providências”. O Deputado Olyntho Neto devolveu o Processo número 340/2017, de autoria do Tribunal de Justiça, que “dispõe sobre a organização dos serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público do Estado do Tocantins”. O Deputado Toinho Andrade devolveu o Processo número 21/2018, de autoria do Deputado José Bonifácio, que “altera o artigo 81 da Constituição Estadual, para tornar obrigatória a execução orçamentária que especifica”. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu os Processos números: 320/2016, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “altera a Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”, que estava com vista, sem parecer de vista; e 92/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e adota outras providências”, que estava com vista, com parecer de vista. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião, que foi reiniciada às quinze horas e cinco minutos. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos respectivos relatores. Os Processos números 320/2016 e 340/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização, sendo que o Processo número 320/2016 foi aprovado com o parecer de vista apresentado pelo Deputado Olyntho Neto; e o Processo número 340/2017 foi aprovado com emendas modificativas apresentadas pelos Deputados Olyntho Neto e Toinho Andrade. O Processo número 092/2017 foi aprovado e encaminhado ao Arquivo. Após pedir vista, pelo prazo regimen-

tal, dos Processos números 185/2017, 274/2017 e 21/2018, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA
DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO**
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária
Em 7 de Março de 2018

Às quatorze horas do dia sete de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, José Bonifácio e Zé Roberto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eli Borges, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. O Senhor Deputado Zé Roberto assumiu a presidência dos trabalhos, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram Pelicano, no município de Natividade”; e 334/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a transposição de dotações orçamentárias, no valor que especifica, e adota outra providência”. O Deputado José Bonifácio foi nomeado relator dos Processos números: 47/2017, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “acrescenta artigos à Lei nº 2.994, de 20 de julho de 2015”; 176/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “estabelece que seja disponibilizada a Lei Maria da Penha nos estabelecimentos que indica para consulta da população, em local visível e de fácil acesso, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 252/2017, de autoria do Governador do Estado, que “extingue formalmente o Programa Pioneiros Mirins, e adota outras providências”; 005/2018, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o Programa de Aposentadoria Incentivada destinada aos integrantes do quadro de servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”; e 305/2017, de autoria do Governador do Estado, que “institui a Escola Indígena Akezanê, no município de Tocantínia”. O Deputado Elenil da Penha foi nomeado relator dos Processos números: 146/2017, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “institui o Programa de Fiscalização e Cadastro de Jovens Moradores de Rua e dá providências correlatas”; 184/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “institui o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, e dá outras providências”; 267/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder à União, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins - TRE/TO, o uso do bem que especifica”; 306/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder à Polícia Rodoviária Federal o uso das instalações físicas que especifica, e adota outras providências”; e 009/2018, de autoria do Governador do Estado, que “institui a Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, no município de Palmas”. Na Devolução de Matérias, o Deputado Zé Roberto devolveu o Processo número 83/2017, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “obriga as farmácias e drogarias do Estado do Tocantins a manter recipientes para a coleta de medicamentos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, deteriorados ou com prazo de validade expirado, e dá outras providências” e, também, o Processo número 204/2017, de autoria do Deputado José Augusto, que “dispõe sobre a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais utilizados

por igrejas e templos de qualquer culto”, o qual estava com vistas. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os respectivos pareceres. O Processo número 204/2017 foi aprovado e encaminhado ao Arquivo e após conceder vista, pelo prazo regimental, do Processo número 83/2017 ao Deputado Elenil da Penha, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Décima Sétima Reunião Extraordinária
Em 7 de Março de 2018

Às quinze horas e cinquenta e oito minutos do dia sete de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Elenil da Penha e Zé Roberto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eli Borges, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. O Senhor Deputado Zé Roberto assumiu a presidência dos trabalhos, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e o Deputado Zé Roberto devolveu o Processo número 209/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera o inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002”. Na Ordem do Dia, foi aprovado o parecer do relator do respectivo processo, Deputado Zé Roberto, pela rejeição da matéria, com votos contrários dos Deputados Elenil da Penha e Cleiton Cardoso, e, em seguida, o Processo número 209/2017 foi encaminhado ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Segunda Reunião Ordinária
Em 7 de Março de 2018

Às oito horas do dia sete de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: José Bonifácio, Elenil da Penha e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Ivory de Lira e Paulo Mourão. O Senhor Presidente, Deputado José Bonifácio, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e o Deputado José Bonifácio devolveu os Processos números: 82/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “isenta os deficientes físicos e os portadores de necessidades especiais do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas contas de energia e água, no âmbito do Estado do Tocantins”; e 209/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera o inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002”. Na

Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres do relator e, após conceder vista, pelo prazo regimental, dos Processos números 82/2017 e 209/2017 à Deputada Valdevez Castelo Branco, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Oitava Reunião Extraordinária
Em 9 de Março de 2018

Às nove horas e quatro minutos do dia nove de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Elenil da Penha, José Bonifácio e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Ivory de Lira e Paulo Mourão. O Senhor Presidente, Deputado José Bonifácio, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e a Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu o Processo número 209/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera o inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002”, o qual estava com vistas. Na Ordem do Dia, o Processo número 209/2017 foi aprovado com o parecer e a emenda substitutiva do relator, Deputado José Bonifácio e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, sendo que a Deputada Valdevez Castelo Branco solicitou que a emenda substitutiva fosse votada em destaque. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - REPETIÇÃO

A Assembleia Legislativa, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar a REPETIÇÃO da licitação, na modalidade PREGÃO na forma PRESENCIAL Nº 006/2018.

PROCESSO: 00205/2017

OBJETO: Locação de uma Estação de Radiodifusão (Televisão analógica ou digital), inserida no Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF/UHF (PBTv), ou no Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão (PBRTv), ou Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD) da cidade de Araguaína (Tocantins), com a finalidade de atender ao processo de expansão do sinal da TV Assembleia.

TIPO: MENOR PREÇO

LEGISLAÇÃO: Lei nº. 10.520/2002

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL-AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

DATA DE ABERTURA: 18 de abril de 2018.

HORÁRIO: 9h (nove horas). Horário local de Palmas - TO

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão

Permanente de Licitação: Fone: (63) 3212-5121.

Edital disponível gratuitamente na página oficial da AL/TO: www.al.to.leg.br, ícone “licitações”.

E-MAIL: cpl@al.to.leg.br

Palmas, 5 de abril de 2018.

RODRIGO ASSUMPTÃO VARGAS
Pregoeiro

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT - Licenciada)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Eli Borges (PROS)

Jorge Frederico

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PSC)

Luana Ribeiro (PDT)

Mauro Carlesse (PHS)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (PSC)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB)

Rocha Miranda

Toinho Andrade (PSD)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)